



# **A queda de um império: narrativas da falência do Banco Mauá & Cia na imprensa da Corte e no Senado (1874-1875)**

**GABRIELA FELIPE MARTINS**

FECOMÉRCIO/MG 

**THIAGO FONTELAS ROSADO GAMBI**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS 

---

**CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA**

Clio (Recife, Online), v. 42, ano 2024

<https://doi.org/10.51359/2525-5649.2024.256047>

e-ISSN: 2525-5649





A QUEDA DE UM IMPÉRIO: NARRATIVAS DA FALÊNCIA DO BANCO MAUÁ & CIA NA IMPRENSA DA CORTE E NO SENADO (1874-1875)

*RESUMO:* Este artigo investigou a falência do Banco Mauá & Cia, a fim de reconstituir como tal processo foi narrado na imprensa da Corte e abordado no parlamento brasileiro. O objetivo foi cotejar essas narrativas com análises sobre a falência encontradas na literatura. Embora o cotejamento não tenha trazido fatos novos sobre o assunto, foi possível notar nas fontes primárias utilizadas – jornais e anais do parlamento – diferentes interpretações dos motivos da falência e posicionamentos divergentes – de apoio ou crítica a Mauá – capazes de revelar o quanto seus negócios financeiros e, consequentemente, a derradeira falência de seu banco, estavam imbricados em questões políticas no Brasil e no exterior.

*PALAVRAS-CHAVE:* mauá; falência; parlamento; imprensa; bancos.

---

THE FALL OF AN EMPIRE: NARRATIVES OF THE BANKRUPTCY OF BANCO MAUÁ & CIA IN THE PRESS AND THE SENATE (1874-1875)

*ABSTRACT:* This article aims to study the bankruptcy of Banco Mauá & Cia, in order to reconstruct how this process was viewed in the press of the Court and in the Brazilian Senate. The main goal was to compare these narratives with those found in the literature. Although the comparison did not bring new facts on the subject, it was possible to notice in the primary sources – newspapers and parliamentary annals – different interpretations of the reasons for the bankruptcy and divergent positions – supporting or criticizing Mauá – capable of revealing how much his financial affairs were intertwined with political issues in Brazil and abroad.

*KEYWORDS:* mauá; bankruptcy; parliament; press; banks.

---

# **A queda de um império: narrativas da falência do Banco Mauá & Cia na imprensa da Corte e no Senado (1874-1875)**

GABRIELA FELIPE MARTINS

THIAGO FONTELAS ROSADO GAMBI

---

## *Introdução*

De acordo com Irineu Evangelista de Souza, Barão, depois Visconde de Mauá, a abolição do tráfico negreiro no início da década de 1850 liberou o capital antes preso no comércio de almas para buscar sua valorização em outros negócios<sup>1</sup>. Nesse contexto, ele se juntou a comerciantes da praça do Rio de Janeiro e reuniu capitais suficientes para abrir um banco. Surgiu assim, em 1851, um novo Banco do Brasil,<sup>2</sup> marco inicial de sua trajetória bancária.

Criado para ser o maior banco do império, com um capital nominal muito maior do que o de seu principal concorrente, o Banco Comercial do Rio de Janeiro,<sup>3</sup> teve as atividades interrompidas precocemente, apenas dois anos depois do início de suas operações, em virtude de sua fusão com o próprio Banco Comercial, idealizada e concretizada pelo governo, interessado naquela altura na criação de uma nova instituição bancária sob sua tutela.<sup>4</sup>

Sentindo-se preterido na administração do novo banco, Mauá organizou, em 1854, a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia, tornando-se em pouco

---

<sup>1</sup> Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá), *Autobiografia*, Brasília: Senado Federal, 2011, p. 85.

<sup>2</sup> Não confundir com o Banco do Brasil criado em 1853. Apesar do nome, a instituição criada por Mauá era privada e sem vínculo formal com o Estado.

<sup>3</sup> Fundado em 1838, possuía um capital nominal de 5.000 contos de réis, metade do capital nominal do Banco do Brasil.

<sup>4</sup> Trata-se do Banco do Brasil criado em 1853. Sobre esse banco ver André Arruda Villela, *The Political Economy of Money and Banking in Imperial Brazil (1850-1889)*, London: Palgrave Macmillan, 2020; Thiago Fontelas Rosado Gambi, *O banco da Ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-1866)*, São Paulo: Alameda, 2015.

tempo um importante banco com diversas filiais.<sup>5</sup> Operou por doze anos, sempre próximo ao poder dos comerciantes da praça do Rio de Janeiro e do Estado. Socorreu o governo na crise internacional de 1857 e foi socorrido por ele durante o pânico da praça carioca em 1864. Finalmente, sucumbiu à crise de 1866,<sup>6</sup> quando foi reorganizado com o nome de Banco Mauá & Cia. Por essa razão, o próprio Mauá considerava o Mauá, MacGregor o Banco Mauá em sua primeira fase de organização.<sup>7</sup>

É preciso esclarecer que, nessa altura, Mauá já era proprietário de um banco com o mesmo nome – Mauá & Cia. – em Montevideu. Aberto em 1856, esse banco, apesar de brasileiro, era um dos mais importantes do Uruguai à época e, para não fugir à regra, estabeleceu estreitas relações naquele país com governos de distintas colorações políticas. Com a referida reorganização de seus negócios bancários em 1866, o banco de Montevideu, apesar de mais antigo, tornou-se uma filial da instituição brasileira.

Coincidentemente, o Banco Mauá & Cia reorganizado também atuou por doze anos, administrando as consequências das crises de 1864 e 1866 sobre os negócios financeiros de seu proprietário. Por fim, num cenário de instabilidade econômica externa e de um pânico bancário interno, a instituição encerrou suas atividades com o pedido de moratória em 1875 e de falência em 1878.

O objeto deste trabalho é justamente a falência do Banco Mauá & Cia. e seu objetivo foi acompanhar esse processo na imprensa da Corte e no parlamento brasileiro, por meio da análise, não muito convencional nesse caso, dos jornais da época e dos anais das sessões do Senado entre 1874 e 1875, a fim de compará-lo com as análises existentes na literatura.

As explicações sobre a falência na literatura estão fundamentadas, basicamente, na Autobiografia, a qual aponta seis motivos tratados neste artigo em seção específica mais adiante. Tais motivos se repetem em diversos estudos

---

<sup>5</sup> O banco possuía filiais em Londres, Manchester, Paris, Nova York, além de várias cidades do Brasil, Uruguai e Argentina. Ver Roberto Minadeo, “A controversa figura de Mauá”, *Revista de Administração Mackenzie*, v. 3, n. 1 (2002), pp. 18-31; Carlos Gabriel Guimarães, “Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da sociedade bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866)”, Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, nota 177.

<sup>6</sup> Para a crise de 1857, Ver Charles Poor Kindleberger, *Manias, pânico e crashes. Um histórico das crises financeiras*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. O pânico de 1864 ficou conhecido como ‘crise do Souto’, por conta da quebra da importante casa bancária de Antônio José Alves do Souto. Para essa crise, ver Villela, *The Political Economy*. A crise financeira de 1866 se seguiu à falência da Overend Gurney and Co. em Londres, ver Charles Poor Kindleberger. *A Financial History of Western Europe*, London: George Allen and Unwin, 1984; Vincent Bignon; Marc Flandreau; Stefano Ugolini, “Bagehot for beginners: the making of lender-of-last-resort operations in the mid-nineteenth century”, *Economic History Review*, v. 65, n.2 (2012), pp. 580-608.

<sup>7</sup> Mauá, *Autobiografia*, p. 218.

sobre Mauá, ou que tratam indiretamente de sua trajetória,<sup>8</sup> e a razão dessa uniformidade poderia estar ligada à utilização de uma mesma fonte, a Autobiografia. Tal fato nos levou a questionar se outras fontes, como os jornais ou os anais do parlamento, poderiam conter informações que pudessem constituir narrativas alternativas sobre a falência.

O resultado da pesquisa nas fontes primárias utilizadas revelou que os motivos elucidativos da falência foram aproximadamente os mesmos elencados por Mauá em sua Autobiografia e reverberados na literatura. No entanto, embora não alterem significativamente as principais conclusões da literatura examinada, foram encontrados detalhes novos e complementares a essas análises. Foi possível captar por meio delas algo não captado nas análises consideradas, e que certamente não apareceria na Autobiografia, isto é, diferentes interpretações, na imprensa e no parlamento, quanto aos motivos da falência e posicionamentos políticos diversos, em favor ou contra Mauá, no ocaso de seus negócios.

Tais interpretações e posicionamentos ajudam a compreender melhor as complexas conexões políticas envolvidas nos empreendimentos de Mauá e mostram o quanto seus negócios financeiros e, conseqüentemente, a derradeira falência de seu banco, estavam imbricados em questões políticas no Brasil e no exterior. Se incorporadas às análises existentes, o resultado desta investigação pode aproximar o pesquisador de uma realidade que não deve ser reconstituída fundamentada numa visão dicotômica de Mauá.

Para mostrar que os motivos da falência apresentados na imprensa e no parlamento, mesmo sendo praticamente os mesmos já apresentados na

---

<sup>8</sup> Analisam a *Autobiografia* de Mauá Alberto de Faria, *Ireneo Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933; Pedro Calmon, *História do Brasil: O império (1800-1899)*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947; Lídia Besouchet, *Mauá e seu tempo*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978; Minadeo, “A controversa”; Jorge Caldeira, *Mauá: empresário do império*, São Paulo: Cia das Letras, 2014; Divalte Garcia Figueira, *A era Mauá: os anos de ouro da monarquia no Brasil*, São Paulo: Saraiva, 2014; Gambi, *O banco da Ordem*, 2015; Thiago Fontelas Rosado Gambi; Daniel do Val Cosentino, “As ideias econômicas de Mauá e o liberalismo nos trópicos (1860-1878)”, *América Latina en la Historia Económica*, v. 27 (2020), pp. 1014-1032; Carlos Gabriel Guimarães, “Bancos, economia e poder”, 1997; Carlos Gabriel Guimarães, *O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX: os casos do Banco Mauá, MacGregor & Cia., do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola*, in *III Congresso Brasileiro de História Econômica e 4ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Curitiba, 1999, pp. 1-24; Heitor Ferreira Lima, *Três industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*, São Paulo: Alfa-Omega, 1976; Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins (orgs.), *Mauá: o desafio inovador numa sociedade arcaica*, Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2013; Álvaro Teixeira Soares, *O Gigante e o Rio: a ação de Mauá no Uruguai e na Argentina (1851-1878)*, Rio de Janeiro: Ed. Cia Bras. de Artes Gráficas, 1957; André Arruda Villela, *The Political Economy*. Utilizamos aqui os autores que tratam mais detidamente da falência: Alberto de Faria, Álvaro Teixeira Soares, Lídia Besouchet, Jorge Caldeira e Roberto Minadeo. Além deles, consideramos a obra de João Pandiá Calógeras, *Política monetária do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1960.

literatura, foram objetos de distintas interpretações correspondentes a diferentes posicionamentos políticos, este artigo está dividido em quatro seções. Os motivos da falência indicados na Autobiografia são apresentados e brevemente discutidos na primeira seção. Na segunda seção foi feita a análise do processo de falência na literatura. Apesar de não haver trabalhos específicos sobre o assunto, ele aparece nas obras que tratam da vida e dos negócios de Mauá. Tentamos mostrar nessa seção que os motivos apresentados para explicar sua falência são aproximadamente os mesmos da Autobiografia. Na terceira seção foi feita a análise da imprensa. Aqui procuramos identificar jornais que interpretaram os fatos relacionados à falência de acordo com sua inclinação política. Na quarta seção, o mesmo exercício foi realizado para os debates parlamentares que envolveram o declínio de Mauá, também identificando as diferentes posições políticas em jogo. As considerações finais resumem os resultados encontrados, bem como sua contribuição para o vasto conjunto de estudos sobre Mauá.

### *A falência do Banco Mauá & Cia na 'Autobiografia'*

Como mencionado, as explicações sobre a falência na literatura baseiam-se na Autobiografia, a qual aponta seis motivos para o infortúnio: (1) o veto do governo ao uso da sociedade em comandita por ações<sup>9</sup> do Banco Mauá, MacGregor & Cia; (2) as leis financeiras; (3) as decisões dos tribunais; (4) o montante de dinheiro empregado na estrada de ferro Santos-Jundiaí; (5) os problemas enfrentados pelo banco no Uruguai; e, por último, (6) a negativa da liberação de crédito por parte do Banco do Brasil, crucial para salvar a imagem do crédito do Banco Mauá & Cia. na Europa.<sup>10</sup> Na análise seguinte, exploramos cada um dos motivos. Para entendê-los, é necessário voltar à origem e ao contexto em que as instituições financeiras ligadas a Mauá estavam inseridas e, por conseguinte, aos antecedentes do Banco Mauá & Cia.

Em 1851, Mauá fundou o Banco do Brasil, emissor de vales<sup>11</sup> que entraria em acirrada concorrência com o Banco Comercial na praça do Rio de Janeiro. O então Ministro da Fazenda, Joaquim José Rodrigues Torres, um defensor do monopólio de emissão de moeda, responsabilizou a concorrência entre os bancos emissores pelas dificuldades econômicas na Corte em 1852 e decidiu

---

<sup>9</sup> A sociedade em comandita se caracteriza pela reunião de sócios solidariamente responsáveis pelo empreendimento e sócios simplesmente fornecedores de capital. A comandita por ações, além disso, tem seu capital dividido em ações.

<sup>10</sup> Mauá, *Autobiografia*, pp. 260-269.

<sup>11</sup> Os vales eram títulos de dívida emitidos por bancos privados que, naquela altura, entravam em circulação como moeda.

fundi-los numa nova instituição bancária vinculada ao Estado. A fusão foi, sem dúvida, uma intervenção direta do governo nos negócios financeiros de Mauá e ensejou o argumento, apresentado na Autobiografia, de que esse tipo de atuação teria sido uma das motivações de sua falência.

Insatisfeito com os rumos da fusão, frustrado em sua expectativa de poder, Mauá se reuniu a um grupo de capitalistas também descontentes com a situação e criou a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia., um banco de depósito e desconto, mas não de emissão, idealizado como uma sociedade em comandita por ações.<sup>12</sup> No entanto, o início de suas atividades, esperado para agosto de 1854, foi adiado porque o governo imperial proibiu essa forma de organização empresarial, não prevista no código comercial.<sup>13</sup> Além disso, nessa época, os bancos eram organizados como sociedades anônimas e assim regulados pela lei de 1849 e pelo código comercial. O governo percebeu na opção de Mauá pela comandita por ações uma tentativa de burlar a regulação, sobretudo quanto à emissão de vales, sendo essa uma das razões da proibição.

Para Mauá,<sup>14</sup> a intervenção do Executivo na organização seu banco teria sido a principal causa do infortúnio de seus negócios financeiros. Embora distante no tempo do seu pedido de falência, olhando em retrospectiva, alegava que essa intervenção acabou comprometendo o planejamento do banco para atuar com maior segurança. Esse motivo, como veremos a seguir, não foi considerado pela literatura examinada.

Outras duas causas levantadas por Mauá ligadas à intervenção do Estado, e negligenciadas na literatura, estão relacionadas às leis e aos tribunais. Em sua avaliação, as leis financeiras tolhiam a iniciativa individual e subordinavam indevidamente o capital a um rígido controle governamental. Já as decisões dos tribunais brasileiros eram consideradas injustas. Um exemplo seria a sentença relativa à falência da Astley Wilson & Co., cujas transações com o Banco Mauá eram garantidas por letras e recursos em contas correntes, e mesmo assim o Tribunal do Comércio da Praça do Rio de Janeiro confiscou parte dos adiantamentos feitos pelo banco à casa comercial.<sup>15</sup>

A quarta causa apontada foi a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí. Segundo informações da Autobiografia,<sup>16</sup> o custo inicial previsto para a obra foi aumentado em mais de dois mil contos, tendo sido coberto pelo Banco Mauá sem garantias seguras de receber esse montante.

Embora os problemas no Uruguai tenham acarretado consequências

---

<sup>12</sup> Carlos Gabriel Guimarães, “Bancos, economia e poder”, p.44.

<sup>13</sup> Ver Decreto nº 1.484, de 13 de dezembro de 1854.

<sup>14</sup> Mauá, *Autobiografia*, p. 260.

<sup>15</sup> Mauá, *Autobiografia*, p. 261.

<sup>16</sup> Mauá, *Autobiografia*, p. 268.

graves para seu banco, eles aparecem apenas como a quinta justificativa para a falência.<sup>17</sup> É importante destacar que, embora tenha enfrentado grandes dificuldades políticas no país, o Banco Mauá desempenhou um papel relevante em suas finanças, por exemplo, consolidou sua dívida pública, apoiou financeiramente governos de diferentes espectros políticos e implantou novos métodos bancários em Montevideu. No entanto, a atuação política cobrou seu preço.

Mauá explica que seus problemas no Uruguai começaram com a intervenção do Brasil em favor da revolução de Flores,<sup>18</sup> mesmo período em que seu banco elevou em grande medida a emissão de notas bancárias, a fim de auxiliar o governo no poder contra a revolução colorada. De fato, embora tenha atuado em conjunto com governos de diferentes colorações políticas, o banco enfrentou dificuldades derivadas do conflito político.

E, por último, mas não menos importante, Mauá cita a negativa de crédito solicitado ao Banco do Brasil como a sexta causa da falência.<sup>19</sup> Essa negativa, segundo ele, estava ligada à censura pública à administração do Banco Mauá feita na assembleia geral dos acionistas do Banco do Brasil de 30 de setembro de 1869. A assembleia acusava o Banco Mauá de usar crédito em larga escala, não apenas no Brasil, mas também no exterior, o que já evidenciava a perda de credibilidade da instituição que passou a rolar dívidas com juros mais elevados até a negativa final.<sup>20</sup> A próxima seção trata de analisar como esses motivos apareceram na literatura que, de algum modo, abordou a falência de Mauá.

### *A falência do Banco Mauá & Cia na literatura*

A proibição do Banco Mauá, MacGregor & Cia. em assumir a forma de comandita por ações foi para Mauá o principal motivo que o levou ao pedido de moratória. Curiosamente, essa causa não foi citada por outros autores e, como veremos, tampouco aparece na imprensa ou no parlamento. Provavelmente esse motivo foi desconsiderado por estar muito longe temporalmente dos fatos ocorridos em 1875. Quando analisamos as fontes notamos que nelas são tratados assuntos mais contemporâneos. Como mencionado, Mauá acusava também as leis financeiras e as decisões dos

---

<sup>17</sup> Mauá, *Autobiografia*, p. 269.

<sup>18</sup> Venâncio Flores liderou uma rebelião contra o então presidente uruguaio, Bernardo Berro. Em 1865, Flores assumiu o poder no Uruguai.

<sup>19</sup> Mauá, *Autobiografia*, p. 269.

<sup>20</sup> Ver Claudio Pacheco, *História do Banco do Brasil*, Brasília: Banco do Brasil, 1979. Vol. 3. e Thiago Fontelas Rosado Gambi, "Anatomia política de uma crise bancária, praça do Rio de Janeiro, Brasil, primeiro semestre de 1875", *Revista de História*, n. 180 (2021), pp. 1-30.

tribunais que, assim como a primeira causa, não foram tratadas na bibliografia analisada.

Os prejuízos enfrentados com a estrada de ferro Santos-Jundiaí, apresentado por Mauá como o quarto elemento causador de sua falência, foi indicado por Besouchet<sup>21</sup> e Faria.<sup>22</sup> Aliás, esse autor considera a falta de pagamento por parte da ferrovia a segunda grande causa da falência, veremos adiante qual foi a primeira em sua visão.

A quinta causa apresentada por Mauá foi a mais discutida entre os autores que estudaram o tema, assim como na imprensa e no parlamento. Os problemas enfrentados no Uruguai foram, para Lúcia Besouchet, Jorge Caldeira e Álvaro Soares, o principal motivo da falência.

Soares<sup>23</sup> reconhece que, mesmo após a diminuição da dívida uruguaia, o banco foi obrigado a conviver com um permanente excesso de emissão durante seus anos de atividade para atender a demanda governamental. É preciso lembrar que, naquela época, as notas bancárias eram conversíveis em ouro. Portanto, o aumento da emissão deveria corresponder, pelo menos em parte, ao aumento do estoque de ouro do banco, caso contrário teria problema para realizar a conversão de suas notas em metal, podendo ocasionar perda de confiança por parte do público e uma corrida de seus clientes para sacar os recursos nele depositados. Entretanto, o referido autor afirma que os problemas enfrentados no Uruguai estavam mais ligados ao fato do banco ser estrangeiro e, por isso, não surpreenderiam leis contrárias aos seus interesses.

Para Caldeira,<sup>24</sup> as causas do desastre de Mauá remetem ao ano de 1864, quando o governo brasileiro decidiu intervir no Uruguai por ocasião do levante de Flores, ficando claro, segundo o autor, que em algum momento a economia uruguaia poderia ser destruída. A imprensa e o parlamento também apontam para isso sendo, na verdade, esse o motivo central que norteia a maior parte da discussão apresentada neste estudo.

A negativa de crédito por parte do Banco do Brasil foi a sexta causa elencada por Mauá e, na visão de Alberto de Faria, a que mais teria contribuído para sua falência. Para o autor,<sup>25</sup> a negativa do Banco do Brasil foi resultado de um emaranhado de fatores que remontam à crise de 1864. Nesse contexto, o Mauá, MacGregor tomou um empréstimo de mais de 5 mil contos junto ao Banco do Brasil. As falências decorrentes da crise produziram um prejuízo de 2,5 mil contos ao banco de Mauá, que também sofreu com a Guerra do Paraguai

---

<sup>21</sup> Besouchet, *Mauá e seu tempo*, p. 168.

<sup>22</sup> Faria, *Irineo Evangelista de Souza*, p. 517.

<sup>23</sup> Soares, *O gigante e o rio*, pp. 306-311.

<sup>24</sup> Caldeira, *Mauá*, p. 498.

<sup>25</sup> Faria, *Irineo Evangelista de Souza*, pp. 513-514.

(1864 a 1870), as crises agrícolas e a diminuição das safras de café e açúcar.

Em 1870, o Banco Mauá devia cerca de 9 mil contos ao Banco do Brasil e as notícias de problemas no Uruguai abalaram ainda mais o seu crédito. A fragilidade do banco foi exposta também nas discussões da câmara de março de 1873 e, finalmente, quando tentou um novo empréstimo de 3 mil contos junto ao Banco do Brasil na difícil conjuntura financeira do início de 1875, o pedido foi recusado.

Para Faria<sup>26</sup> essa teria sido a “primeira e a principal causa da catástrofe”. A imprensa e o parlamento não apontam esse fato específico como um dos causadores da falência, mas os políticos discutiram sobre os motivos pelos quais o crédito não poderia ser concedido ao Banco Mauá: um empréstimo de 1864 ainda não havia sido quitado; a filial do banco em Montevideu já havia decretado moratória afetando toda a imagem do banco; o estabelecimento estaria envolvido em estranhas movimentações que implicavam o então Ministro da Fazenda Rio Branco a Mauá. Essas estranhas movimentações, como será visto adiante, se referiam a um alegado favorecimento do governo ao Banco Mauá sem anuência do parlamento.

Passamos agora à análise de estudiosos que, de certa maneira, apresentaram elementos interpretativos da falência que escaparam à Autobiografia. Minadeo<sup>27</sup> aponta uma causa microeconômica para a falência, isto é, a falta de planejamento e a dificuldade de gestão de negócios tão diversos. Na mesma linha, Besouchet<sup>28</sup> remete a 1866 a origem dos problemas do banco, apontando que Mauá cometeu o maior erro da sua vida quando, ao encerrar as atividades do Mauá, MacGregor, modificou sua organização unindo os ativos da instituição com seus ativos pessoais para criar o Banco Mauá & Cia. Para a autora, a junção patrimonial levou a uma perda de controle da real situação do banco, à dificuldade de avaliar os prejuízos e, conseqüentemente, a decisões equivocadas. Essa é uma análise próxima à de Minadeo no sentido da ineficiência do planejamento de longo prazo do banco.

Já Calógeras<sup>29</sup> aponta uma causa macroeconômica para a falência, associada à política monetária. Para ele, em 1875, os bancos foram obrigados a reunir recursos para satisfazer uma demanda do governo brasileiro,<sup>30</sup> pressionando os seus devedores. Essa situação colocou a praça do Rio de Janeiro em dificuldade e assim iniciaram os processos de falência. O Banco Mauá, que já enfrentava problemas no Uruguai, não conseguiu levantar recursos para

---

<sup>26</sup> Faria, Irineo Evangelista de Souza, p. 516.

<sup>27</sup> Minadeo, “A controversa”, pp. 14-15.

<sup>28</sup> Besouchet, *Mauá e seu tempo*, p. 155.

<sup>29</sup> Calógeras, *Política monetária*, pp. 162-163.

<sup>30</sup> Calógeras se refere à venda de títulos públicos a uma taxa de juros anual superior à taxa de juros de captação de depósitos dos bancos.

realizar suas operações e honrar seus compromissos.

Essa foi uma breve descrição de como a literatura tratou da falência do Banco Mauá, frequentemente alinhando-se ao exposto na Autobiografia. Fatores novos, como a falta de planejamento e problemas monetários foram apontados, respectivamente, por Roberto Minadeo, Lídia Besouchet, e Pandiá Calógeras. De qualquer modo, apesar de mencionado em diversos estudos, poucos autores analisaram detidamente cada um dos motivos que levaram o Banco Mauá à falência e os que o fizeram detiveram-se, basicamente, ao exposto pelo próprio Mauá em sua Autobiografia. A seção seguinte analisa as interpretações da falência de Mauá nos jornais da Corte e nas atas do Senado, a fim de cotejá-las com a bibliografia analisada e verificar como esse processo apareceu nesses espaços.

### *A falência do Banco Mauá na imprensa da Corte*

Esta seção trata do processo de falência do Banco Mauá & Cia por meio da análise dos jornais da Corte. Esse tipo de fonte não foi utilizado pela literatura que tratou do assunto. Os jornais, como fonte, são importantes para captar eventos e interpretações imediatas, permitindo ao pesquisador se aproximar do cotidiano da época estudada e, em certa medida, vivenciá-lo em sua reconstituição histórica. Por outro lado, a história não vem pronta em suas páginas, pelo contrário. As informações costumam aparecer fragmentadas, muitas vezes distantes entre uma e outra edição do jornal, e frequentemente desarticuladas, cabendo ao leitor, quando possível, passar o fio pelos retalhos que resultarão em alguma história.

Neste estudo foram analisados oito jornais da Corte publicados entre 1874 e 1875, totalizando 105 edições. Os jornais são os seguintes: *A Reforma*; *Diário do Rio de Janeiro*; *A Nação*; *A Pátria*; *Jornal da Tarde*; *Jornal do Comércio*; *O Globo*; e *O Mequetrefe*. Foram escolhidos jornais da Corte por circularem na praça onde se encontrava a matriz do Banco Mauá, tornando-se, conseqüentemente, fontes com maior capacidade e interesse em cobrir sua falência. A pesquisa foi feita na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, tendo sido buscados os termos “Mauá”, “Banco Mauá”, “moratória”, “falência” e “crise”. A etapa seguinte foi a leitura e seleção dos artigos que tratavam do tema da pesquisa, a fim de filtrar os mais importantes para a análise.

Evidentemente, os jornais da Corte expressavam interesses de diferentes grupos políticos e econômicos, por isso, antes de passar propriamente à análise da falência, é preciso contextualizar brevemente o posicionamento desses jornais considerando, do ponto de vista político, se eram de tendência

conservadora ou liberal; do ponto de vista econômico, mais ortodoxos ou heterodoxos,<sup>31</sup> e, finalmente, se contrários ou favoráveis a Mauá.

O *Jornal do Comércio* surgiu na praça do Rio de Janeiro em 1º de outubro de 1827 e era considerado o principal jornal da época. Era de orientação política conservadora<sup>32</sup> e de tendência ortodoxa na economia. De outro lado, o jornal *A Pátria*, que surgiria na praça do Rio de Janeiro no dia 2 de janeiro de 1856, era abertamente hostil ao governo conservador<sup>33</sup> e menos vinculado às questões econômicas.

A *Nação* iniciou suas atividades no dia 3 de julho de 1872. Embora alegasse não ter nenhuma ligação com o governo, “a não ser o da simpatia de ideias e da continuação de um apoio [...], tendo o propósito de manter na imprensa enquanto merecer nossos aplausos e adesão o seu procedimento”,<sup>34</sup> manifestava seu viés conservador. Questionava, desde a sua primeira edição, o posicionamento do jornal *A Reforma*.

A *Reforma*, cuja primeira edição foi lançada no dia 12 de maio de 1869, tinha entre seus assinantes proeminentes políticos liberais como Nabuco de Araújo, Souza Franco, Zacarias, Teófilo Ottoni, entre outros. O jornal era defensor do liberalismo, trazendo pautas como as reformas eleitoral e judiciária, e a abolição do trabalho escravo.<sup>35</sup>

Por sua vez, o *Diário do Rio de Janeiro*, lançado em 1º de junho de 1821, fundado e regido pelo português Zeferino Vito de Meireles, era conhecido por sua omissão em questões políticas, tornando-se o primeiro jornal meramente informativo do Brasil.<sup>36</sup> Na mesma linha nos deparamos com o jornal *O Globo*, que iniciou suas atividades em janeiro de 1852 e, apesar das poucas informações encontradas sobre ele, é possível notar sua maneira mais imparcial de transmitir o noticiário.<sup>37</sup> O *Jornal da Tarde* iniciou suas atividades em setembro de 1869, tendo como redator e proprietário Charles F. de Vivaldi em sociedade com o Barão de Pacheco, com publicações periódicas que defendiam o desenvolvimento do país.<sup>38</sup>

---

<sup>31</sup> Consideramos aqui ortodoxos como defensores do padrão-ouro e heterodoxos como seus críticos.

<sup>32</sup> Carlos Eduardo Leal; Cícero Sandroni, “Jornal do Commercio”, in Alzira Alves de Abreu et al (coords.), *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: CPDOC, 2010, <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-comercio>.

<sup>33</sup> *A Patria. Folha da província do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 2 jan. 1856, p. 1.

<sup>34</sup> *A Nação. Jornal político e commercial*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1872, p. 1.

<sup>35</sup> Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1998, p. 202.

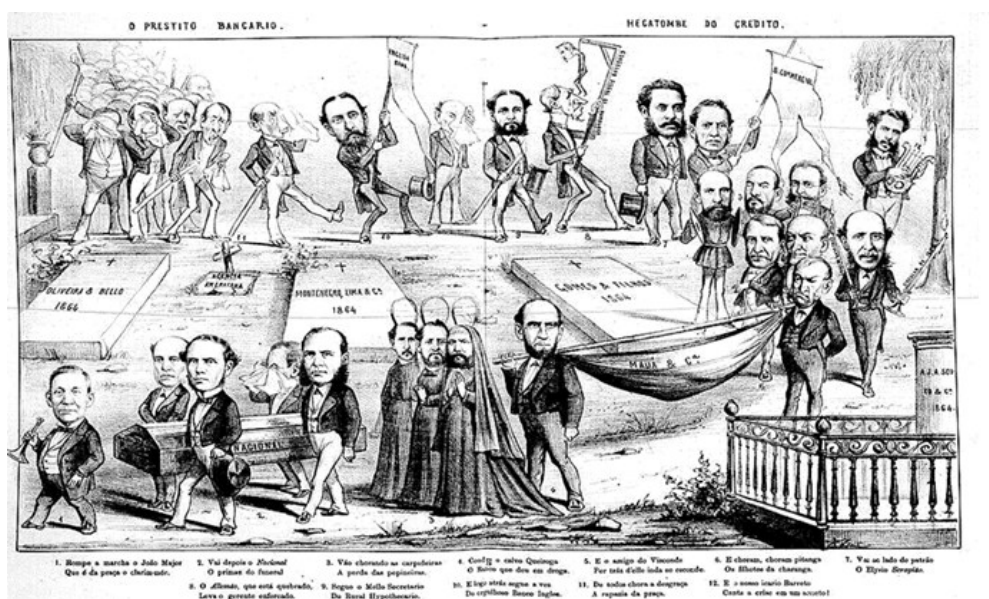
<sup>36</sup> Sodré, *História da imprensa*, p. 50.

<sup>37</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro, 23 jan. 1852, p. 1.

<sup>38</sup> Helen de Oliveira Silva, “As revistas de atualidades na imprensa ilustrada brasileira do Oitocentos: a Ilustração do Brasil e a Ilustração Popular de Charles Francis de Vivaldi”, in *Anais do 30º Simpósio Nacional de História*, Anpuh-Brasil, Recife, 2019,

Por último, citamos o jornal *O Mequetrefe*, que surgiu no Rio de Janeiro em 1875, sendo dirigido por Lins de Albuquerque. Composto por caricaturistas brasileiros de notável importância no século XIX, como Aluísio Azevedo, contava com Olavo Bilac na redação.<sup>39</sup> *O Mequetrefe* pode ser caracterizado como um jornal satírico, inclusive de questões econômicas. A charge abaixo (*Imagem 1*) ilustra o velório dos bancos e casas bancárias que faliram na crise do Souto de 1864 e na crise de 1875.

**Imagem 1** - Charge sobre a crise bancária de 1875 (*O Mequetrefe*, nº 22, 1875, p. 4).



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira - Fundação Biblioteca Nacional

Destacam-se nessa charge a forma como o Banco Mauá é carregado em seu velório. *O Mequetrefe* afirma que o banco é uma verdadeira droga.<sup>40</sup> Ao fundo é retratado um homem carregando outro em uma forca. Essa representação é demonstrativa do Banco Alemão, também vítima da crise de 1875, e seu gerente, que se suicidou nesse contexto.<sup>41</sup>

Visto isso, iniciaremos a análise do que foi encontrado nos jornais da Corte. Ao tomarmos as notícias publicadas na imprensa como fonte, notamos que o ano de 1874 foi marcado, pelo menos aparentemente, por uma relativa tranquilidade para Mauá e seus negócios. No entanto, no final de 1874 estourou

[https://mail.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-05/1716454800\\_a710047bd3afa8d975ac486c5ef535b2.pdf](https://mail.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-05/1716454800_a710047bd3afa8d975ac486c5ef535b2.pdf)

<sup>39</sup> Sodré, *História da imprensa*, p. 217.

<sup>40</sup> *O Mequetrefe*, Rio de Janeiro, nº. 22, 1875, p. 4

<sup>41</sup> Sobre a crise de 1875 ver Gambi, "Anatomia política".

uma revolução no Uruguai, com a ascensão de Pedro Varela ao poder.<sup>42</sup> As notícias do país vizinho, que envolviam Mauá e seu banco, foram acompanhadas pela imprensa da Corte.

A *Nação*<sup>43</sup> e o *Jornal do Comércio*<sup>44</sup> destacaram a política de expansão monetária feita pelo governo uruguaio. O estabelecimento do curso forçado<sup>45</sup> das notas acarretou uma expectativa de desvalorização da moeda nacional em relação ao ouro e, conseqüentemente, ensejou uma corrida de clientes aos bancos do país demandando a conversão de suas notas em metal. Ambos os jornais não se referiram especificamente ao Banco Mauá, embora a situação o colocasse em posição bastante frágil. O *Jornal do Comércio*, talvez para tentar acalmar clientes do Banco Mauá no Rio de Janeiro, informava que as notícias que circulavam na imprensa uruguaia eram tranquilizadoras, apesar do efeito desestabilizador dos boatos que corriam na boca da população.

Porém, a situação dos bancos uruguaio não era tranquila. Essa corrida suscitou o fechamento das portas do Banco Mauá & Cia. e do Banco Návia & Cia. A *Nação*, um jornal aliado de Rio Branco e, por extensão, de Mauá, recolheu informações que apontavam o motivo da crise naquela praça. Para o jornal, a corrida era mesmo decorrente da desconfiança produzida pela emissão de bilhetes feita pelo governo e destacou que o fechamento dos bancos mencionados no dia 23 de fevereiro de 1875 não ocorreu devido à falta de capacidade para resistir à corrida, mas sim para impedir a saída de ouro.<sup>46</sup>

O *Diário do Rio de Janeiro* afirmava que o governo uruguaio não havia tomado as medidas necessárias para conter o pânico na praça de Montevideu, que culminou em uma grande corrida aos bancos, e citava o fechamento do Mauá e do Návia.<sup>47</sup> Esse julgamento feito pelo jornal transferia a culpa da crise para o governo uruguaio e amenizava os fatos para Mauá, indo ao encontro dos posicionamentos de *A Nação* e do *Jornal do Comércio*.

Ainda num movimento para mostrar a solidez do Banco Mauá, o *Jornal do Comércio* destacava que *A Tribuna*, imprensa oficial do Uruguai, o considerava o mais sólido de todos os bancos de Montevideu, atribuindo a manejos políticos a corrida que ocorreu sobre ele e, conseqüentemente, o fechamento de suas portas.<sup>48</sup> Segundo *A Nação*, a crise uruguaia até aquele

---

<sup>42</sup> Pedro Varela foi um jornalista, sociólogo e político uruguaio. Foi também presidente do Uruguai e partidário do general Venâncio Flores.

<sup>43</sup> *A Nação*, 26 fev. 1875, p. 2.

<sup>44</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1875, p. 2.

<sup>45</sup> O curso forçado é uma determinação governamental que torna obrigatória a aceitação de moeda inconversível em metal.

<sup>46</sup> *A Nação*, 26 fev. 1875, p. 2.

<sup>47</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 3 mar. 1875, p. 1.

<sup>48</sup> *Jornal do Commercio*, 3 mar. 1875, p. 3.

momento não havia atingido a matriz do Banco Mauá e as suas demais filiais.<sup>49</sup>

Se esses jornais, ambos ligados àquela altura ao governo e a Mauá, tentavam defender o banco, *A Pátria*, jornal de oposição, não o poupava das consequências nefastas daquela crise. O jornal alegava que a suspensão de pagamentos da filial de Montevideu acarretaria uma falência forçada de todas as filiais do banco, afetando assim várias praças, trazendo abalos e problemas econômicos gravíssimos.<sup>50</sup>

Nota-se que o *Jornal do Comércio* e *A Nação* se esforçavam para construir a ideia de que a crise uruguaia não seria suficiente para abalar o Banco Mauá. No entanto, o esforço desses periódicos foi em vão. Havia uma relação entre os acontecimentos das filiais com a matriz e a corrida enfrentada pelo Banco Mauá em Montevideu, de fato, causaria uma desconfiança nos credores abalando toda a instituição. Por meio dessa análise percebemos que o Banco Mauá atravessava sérias dificuldades, que serão acrescidas a outros contratempos, como a negativa de crédito por parte do Banco do Brasil e o desfalque representado pelos custos da estrada de ferro Santos-Jundiaí. Além disso, não podemos esquecer as ligações que o Banco Mauá mantinha com o Tesouro brasileiro.

A relação do Banco Mauá com o Tesouro brasileiro se iniciou em 8 de maio de 1865, quando foi assinada uma convenção em Buenos Aires pela qual o Império do Brasil emprestaria 600 mil pesos em notas sacadas do Tesouro e apresentadas em conta corrente ao Banco Mauá de Montevideu destinadas a suprir demandas do exército na guerra do Paraguai.<sup>51</sup> Esses depósitos e transações se mantiveram durante e após a guerra.

Diante do fechamento das portas do banco em Montevideu e da suspensão da conversibilidade de suas notas, Pedro Cogoy, um simples funcionário do Ministério da Fazenda uruguaio, em posse de um bilhete de apenas dez pesos, entrou com o requerimento da abertura de sua falência. Era realmente inusitado que um funcionário pouco graduado do governo uruguaio com um bilhete de tão baixo valor não convertido pudesse ameaçar judicialmente um dos principais bancos do país. Mais uma vez *A Nação* assumiu a defesa da instituição. O jornal destacou que, apesar de todos os protestos vindos dos comerciantes e dos credores do banco contra a medida, não houve outra saída: o juiz de primeira instância acatou a petição. No entanto, com muita dificuldade esse juiz aceitou a apelação do caso e a sentença da falência foi reformulada pelo Tribunal Superior, entregando ao próprio banco a sua

---

<sup>49</sup> *A Nação*, 3 mar. 1875, p. 2.

<sup>50</sup> *A Pátria*, 29 mar. 1875, p. 1

<sup>51</sup> Mario Barrera Etchechury, "Hijos de Mercurio, esclavos de Marte: mercaderes y servidores del estado en una frontera sud-atlántica. Montevideo, 1806-1860", Tese (Doutorado em História), Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2013, p. 447, <http://hdl.handle.net/10803/129740>.

liquidação. Quanto a Pedro Cogoy, esse recebeu um melhor emprego,<sup>52</sup> deixando a forte impressão de que o pedido de falência aberto era, na verdade, uma expressão do jogo político.

Na mesma linha, o *Jornal do Comércio* classificou o ocorrido com o Banco Mauá de Montevideu como de “extrema violência” e incentivava o governo brasileiro a reagir contra tal ato, visto que instituição representava interesses nacionais valiosos que não poderiam ser abandonados. Tais interesses se referiam ao dinheiro do Tesouro brasileiro depositado em seus cofres, como será explorado em debates no Senado. O jornal ainda acrescentava que havia motivos para desconfiar da atitude do governo uruguaio contra o Banco Mauá. Como explicar a abertura de falência sendo Pedro Cogoy, um funcionário do governo e com apenas dez pesos, a única pessoa a se apresentar em juízo e pedir a falência do banco? Para o *Jornal do Comércio*, esse era um escândalo sem tamanho.<sup>53</sup>

Como informado por *A Nação*, foi decidido, no dia 22 de março de 1875, que o próprio Banco Mauá seria responsável por sua liquidação, como era o desejo de todos os credores e assegurado por lei. Segundo o periódico, “o que se fez ao Sr. Visconde de Mauá não tem nome”, e tal indignação vinha da tentativa de imposição do processo de falência e a total negligência quanto as leis comerciais locais e vigentes.<sup>54</sup> O *Diário do Rio de Janeiro*, de certo modo também tomando partido de Mauá, advertia que seu banco era o principal credor dos pecuaristas do interior uruguaio e a crise decorrente de sua falência e do Banco Návia poderia ser tremenda caso o governo daquele país não tomasse medidas urgentes.<sup>55</sup>

A análise da crise uruguaia e do pedido de falência do banco no Uruguai evidencia uma situação pouco promissora para Mauá já em 1874, quando o governo Varela assumiu o poder. Até o momento, os fatos narrados na imprensa se alinham com o discutido na bibliografia. O enredo é o mesmo, mas pela imprensa observamos um detalhamento melhor dos fatos, corroborando as acusações de Mauá ao governo uruguaio de aceitar injustamente o pedido de falência contra seu banco.

É possível notar claramente o posicionamento político dos diferentes jornais. O *Jornal do Comércio* e *A Nação*, alinhados ao gabinete Rio Branco, apontavam o governo uruguaio como responsável pelas dificuldades de Mauá na Banda Oriental e ainda se esforçavam para passar a mensagem de que o problema com a filial estrangeira não atravessaria a fronteira. O jornal *A Pátria*,

---

<sup>52</sup> *A Nação*, 9 mar. 1875, pp. 2-3.

<sup>53</sup> *Jornal do Commercio*, 9 mar. 1875, pp. 2-3.

<sup>54</sup> *A Nação*, 30 mar. 1875, p. 3.

<sup>55</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 18 mai. 1875, p. 1.

por sua vez, alertou para a disseminação da crise entre as filiais do banco, lançando dúvidas sobre a solidez da instituição. Esse jogo de interpretações sobre a crise uruguaia e a situação do banco expressava na imprensa os diferentes interesses econômicos e políticos envolvidos no Banco Mauá. As visões apresentadas nos jornais complementam as análises da literatura restritas à avaliação de que o governo uruguaio teria prejudicado Mauá, corroborando seu argumento de que o banco enfrentava mais problemas políticos do que dificuldades internas.

Os problemas de Mauá não se restringiam ao Uruguai. No Rio de Janeiro, no início de 1875, ele se deparou com uma crise causada, em sua visão, pela deficiência do meio circulante na praça.<sup>56</sup> A expansão monetária feita para financiar a Guerra do Paraguai foi acompanhada por uma retração do meio circulante logo após o final do conflito, a qual surtiu efeitos negativos na Corte desde 1871, encurtando esporadicamente o crédito e a disponibilidade de meio circulante. Foi esse o contexto em que Mauá procurou, mais uma vez, o Banco do Brasil.

O *Jornal do Comércio* diagnosticou a crise de 1875 como “industrial, comercial, monetária, ou simplesmente bancária”. Acreditava-se que os negócios da praça do Rio de Janeiro estavam melhorando e, de repente, a crise irrompeu-se sem que fosse prevista. Para entender o peso da crise de 1875 sobre os bancos da praça do Rio de Janeiro, é preciso destacar a situação do Banco do Brasil. No final de 1874, o Banco do Brasil havia fechado o seu balanço com apenas 200 contos em caixa. Em determinada ocasião esse banco, que era sempre procurado pelos outros bancos para prestar auxílio, chegou a afirmar para um desses que “não temos mais dinheiro disponível, o melhor é fecharem as portas, que nós faremos o mesmo”.<sup>57</sup> Essa situação do Banco do Brasil também poderia justificar a negativa de crédito para o Banco Mauá.

Na medida em que o Banco do Brasil passou a ser a única fonte de liquidez dos bancos do Rio de Janeiro e o mercado parou de comprar apólices da dívida pública, a crise de 1875 foi se agravando. Em pânico, os bancos pararam de emprestar mesmo diante da demanda por recursos. Quando o Banco do Brasil encontrou seu limite de redesconto e empréstimos, a escassez de crédito na praça causou a moratória de três deles: o Nacional, o Alemão e, em 17 de maio de 1875, o Mauá & Cia. Depois da quebra do primeiro, o governo começou a discutir no parlamento uma lei de auxílio aos bancos. A praça do Rio de Janeiro que começava a se desvencilhar das apreensões causadas pelo fechamento das portas do Banco Nacional deveria agora preparar-se para mais

---

<sup>56</sup> Mauá, *Autobiografia*, p. 255.

<sup>57</sup> *Jornal do Commercio*, 18 jun. 1875, p. 3.

uma quebra de confiança dos credores.<sup>58</sup>

Quando a lei de auxílio aos bancos foi, finalmente, aprovada no Senado, era tarde para salvar o Banco Alemão e o próprio Banco Mauá. O *Jornal do Comércio* questionou o fato de que, apesar desse banco ser um dos principais da praça do Rio de Janeiro, nada de eficaz foi feito para tentar auxiliá-lo.

O gerente do Banco Alemão havia desaparecido alguns dias antes da moratória do Banco Mauá. Descobriu-se que havia cometido suicídio, e, em sua carta de despedida, endereçada a sua esposa, dá como motivo para esse ato de desespero o fato de ter desfalcado seu banco em 3 mil contos e encontrar-se com sua honra comprometida por ter acreditado em um “certo ministro e em um banco que faliu”,<sup>59</sup> sendo o Banco Mauá o falido e Rio Branco, o ministro.

A relação com o Banco Alemão era mais uma que se fechava na história do Banco Mauá. No entanto, outra questão foi amplamente discutida na imprensa e no Senado: os recursos do Tesouro Nacional depositados no Banco Mauá de Montevideu. Essa quantia havia sido confiada em depósito ao banco que, em algum momento, a utilizou em suas transações. No dia em que o estabelecimento se viu obrigado a fechar suas portas, o valor pertencente ao governo brasileiro não estava em seus cofres. Esse acontecimento desencadeou de uma série de acusações de que Rio Branco atuava para favorecer Mauá.

Dos 507.887 pesos do Tesouro que deveriam estar nos cofres do Banco Mauá de Montevideu, apenas 43.074 pesos encontravam-se na instituição, sendo 5.535 pesos em papel e não em metal, tal como havia sido feito o depósito. Convertendo o valor para mil-réis, a perda resultante para o Brasil teria sido de 1.108 contos, que se somavam a outros 7.000 contos devidos por Mauá.<sup>60</sup> Para *A Reforma*, não havia um motivo plausível que justificasse um montante tão grande de depósitos naquele banco, visto que as despesas ainda restantes no Paraguai não exigiam tanta reserva metálica. A crise que estava aumentando de forma gradativa chegou ao ápice com o fechamento dos bancos cariocas em 1875.

Como mencionado, no dia 17 de maio de 1875, o Banco Mauá solicitou moratória ao suspender seus pagamentos na casa matriz. Embora sustentassem a solidez da matriz brasileira, *O Jornal do Comércio* e *A Nação* apontaram a crise uruguaia como um dos motivos de tal solicitação. Outro motivo indicado por este último foi a negativa do Banco do Brasil em atender um pedido de crédito feito por Mauá, essencial para a manutenção da instituição. Apesar disso, insistia na defesa da importância do banco para o país e salientava seu bom estado financeiro na data do pedido da moratória. Já o *Jornal do Comércio*

---

<sup>58</sup> *Jornal do Commercio*, 18 mai. 1875, p. 1.

<sup>59</sup> *O Mequetrefe*, nº 026, 1875, p. 2.

<sup>60</sup> *A Reforma*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1875, p. 1.

advertia que a suspensão poderia produzir uma crise comercial de grande magnitude, no entanto, Mauá já havia restringido suas operações e operado em pequena escala.<sup>61</sup> Essas notícias corroboram suas posições anteriores. Por justiça no primeiro caso ou por medo no segundo, elas ensejavam o apoio do governo ou do Banco do Brasil a Mauá.

Notamos, portanto, que a imprensa identificou alguns dos motivos apontados por Mauá que levaram à sua falência. No caso da crise uruguaia, os jornais mais alinhados ao governo, como o *Jornal do Comércio* e *A Nação*, criticaram a atuação do governo uruguaio e lançaram-se em defesa do banco brasileiro, sustentando sua solidez. Por outro lado, o jornal *A Pátria*, vinculado à oposição, não poupava a administração financeira de Mauá e advertia para o efeito em cadeia potencialmente resultante das dificuldades da filial uruguaia sobre seu banco.

No caso da negativa do Banco do Brasil quanto ao empréstimo a Mauá, o *Jornal do Comércio* e *A Nação* voltaram a atenção para a crise uruguaia, poupando novamente o Banco Mauá. Em contrapartida, *A Reforma* apontava sua fragilidade e denunciava o interesse do governo em proteger seus fundos depositados no banco, algo que não passou despercebido também nos debates do Senado, como veremos adiante. Esse quadro mostra que, embora os motivos levantados na imprensa para justificar a fragilidade do Banco Mauá fossem semelhantes, a interpretação sobre eles era bastante diferente e tendia a seguir a posição política do jornal. O mesmo se deu nos debates travados na câmara alta.

### *A falência do Banco Mauá no Senado*

A crise de 1875 também foi debatida no Senado tendo o Banco Mauá como um de seus protagonistas. Um aspecto apontado nos debates parlamentares sobre a causa da falência teria sido o modo como o governo manipulou a dívida pública. As apólices da dívida pública rendiam entre 4% e 6% ao ano, o que era uma boa alternativa para aplicação de investimento privado, fazendo com que o capital que deveria ser empregado na atividade produtiva ou destinado aos cofres dos bancos fosse utilizado para a compra desses papeis.

Outro motivo, embora relacionado mais à política do que à economia, se refere à ligação de Rio Branco com bancos e banqueiros. A primeira operação politicamente polêmica estava relacionada ao auxílio direto, sem autorização legislativa, prestado pelo Banco do Brasil a outros bancos. Outras operações

---

<sup>61</sup> *A Nação*, 17 mai. 1875, p. 3 e *Jornal do Commercio*, 19 mai. 1875, p. 3.

estão ligadas aos possíveis privilégios concedidos à Mauá por parte do governo. O primeiro privilégio seria um contrato assinado em 1870 pelo qual o Banco Mauá assumiria as responsabilidades pelo pagamento das despesas militares no Paraguai e no Rio da Prata. Já o segundo benefício diz respeito a algumas operações cambiais realizadas em 1875 que prejudicaram o Tesouro e favoreceram o banco.<sup>62</sup>

Nesse ponto, as discussões do Senado passam a complementar as análises da falência que aparecem nos jornais. A tensa conjuntura da praça do Rio de Janeiro no início de 1875 remetia à grave crise financeira ocorrida há uma década. Em seu discurso sobre tal conjuntura, o senador conservador Silveira da Motta tentou relativizar sua gravidade ao compará-la com 1864. Segundo ele, a velha crise causada pelo abuso do crédito teria arrastado mais de duzentas casas comerciais à falência enquanto em 1875, até àquela altura, somente o Banco Alemão e o Banco Mauá haviam sucumbido, ainda assim, também por motivos alheios à situação da praça.<sup>63</sup> Essa era a posição dos apoiadores do gabinete Rio Branco, uma tentativa de desviar o foco do debate da crise e das relações do chefe do gabinete com Mauá.

A oposição não deixaria de apresentar sua visão dos fatos. Na sessão de 5 de abril de 1875, o senador Figueira de Mello demonstrou que o governo uruguaio havia quebrado, atingindo também os bancos daquele país, inclusive a filial do Banco Mauá em Montevideu. Segundo ele, para que Mauá recebesse o direito de fazer a liquidação do seu banco, o governo brasileiro passou a defender os interesses ligados a ele, mandando para o Uruguai embarcações de guerra, a fim de pressionar os juizes para que votassem contra o pedido de falência.

Em sessão posterior, insinuou que a suposta crise seria, na verdade, um meio de tentar salvar o Banco Mauá e, com ele, o montante nele depositado pelo Tesouro. O senador liberal associou a intervenção do governo na crise diretamente aos interesses do Estado vinculados ao Banco Mauá. Dessa forma, não seria o resgate da praça o principal motivo da intervenção, mas a recuperação do dinheiro do Tesouro depositado no banco. Nesse momento, salvar Mauá seria salvar o Tesouro. Com o abalo do Banco Mauá de Montevideu, ainda segundo Figueira Mello, seria “necessário que se achasse algum meio de socorrê-lo, esse meio foi encontrado nas ideias que se propalaram, de que a praça estava em crise comercial, veio ao depois dizer que

---

<sup>62</sup> Gambi, “Anatomia política”, p. 12.

<sup>63</sup> *Annaes do Senado do Império do Brazil*, Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1875, 22 mai. 1875, p. 84. O senador se refere à dificuldade de Mauá no Uruguai e à relação entre o Banco Alemão e o Banco Mauá.

havia uma crise monetária ou retração do crédito”.<sup>64</sup>

Para controlar a crise, o Senado brasileiro aprovou no dia 28 de maio de 1875 a proposta que autorizava o governo a auxiliar os bancos. Nesse momento foram feitas emissões graduais injetando moeda no mercado, com o intuito de salvar da falência as firmas prejudicadas pela crise. O auxílio foi aprovado na Câmara dos Deputados em dois dias apenas, mas tramitou por longas sete seções no Senado, onde se avaliou sua viabilidade e eficácia no controle da crise.

O grande protagonista do debate foi o senador Zacarias de Góes e Vasconcelos, naquela altura, o maior opositor de Rio Branco e Mauá. Como vimos, o diagnóstico da crise não estava claro para os políticos. Zacarias aproveitou a indefinição e argumentou que o auxílio proposto pelo governo solucionaria um problema ainda não definido. Cobrava, então, do governo uma definição do problema e uma avaliação de suas consequências antes de apresentar uma solução. O posicionamento era claramente contrário a Rio Branco e hostil em relação a Mauá não só porque este seria beneficiado com o auxílio, mas também porque foi tratado com desdém.<sup>65</sup>

Dizia Zacarias que, naquela altura, Mauá não era o mesmo de 1853, quando teve importante participação na criação do Banco do Brasil, e tornara-se apenas um devedor do banco. O senador se referia ao não pagamento da dívida contraída pelo Banco Mauá, MacGregor & Cia e ao fato de que o débito para com o Banco do Brasil em 1875 já estava próximo ao valor devido inicialmente. Por isso considerava Mauá não “o banqueiro esperançoso daquelas épocas”, mas “um homem que cedeu a torrente dos acontecimentos, a essa torrente que fez desaparecer da face do comércio Souto, Gomes & Filhos, e outros, e a que eles [referindo-se ao Banco Mauá] só por milagre da divindade pode resistir”.<sup>66</sup>

Temos então um aspecto não apresentado na bibliografia sobre a negativa de crédito por parte do Banco do Brasil ao Banco Mauá. A dívida contraída em 1864 ainda não havia sido paga. O risco de fornecer um novo empréstimo a uma instituição ainda devedora, acrescido à situação financeira enfrentada na época pelo Banco do Brasil e a moratória solicitada em Montevideu tornavam o empréstimo de elevado risco. Neste momento, é importante destacar que Zacarias era adversário de Mauá, o que podia levar a uma análise tendenciosa da conjuntura.

De fato, Mauá havia recorrido ao Banco do Brasil em 1870 para obter um abatimento nos juros da dívida contraída em 1864, diminuindo esse valor de 9% para 6% ao ano. Zacarias declarou que, diante das circunstâncias em que o

---

<sup>64</sup> *Annaes do Senado*, 24 mai. 1875, p. 101.

<sup>65</sup> *Annaes do Senado*, 21 mai. 1875, p. 69.

<sup>66</sup> *Annaes do Senado*, 21 mai. 1875, p. 70.

Banco Mauá já se encontrava, era de se esperar o alto risco em se depositar quantias do Tesouro no Banco Mauá de Montevideu. Para o senador, a quebra do banco estava diretamente relacionada à incapacidade de Mauá em gerir suas empresas. Em suas palavras, “quando um banco se estende por toda a parte do antigo e novo mundo e se mais mundo houvera lá ele chegará; [...] por que tem dirigido e feito quebrar outras empresas, porque tem dez bancos, quando ele mal poderá dirigir um”.<sup>67</sup> Note-se a semelhança com o argumento de Minadeo e Besouchet já mencionado. Zacarias também se mostrou inconformado com o fato de Rio Branco não ter percebido o risco de depositar dinheiro do Tesouro no banco de Mauá.

O senador mantém-se no ataque ao afirmar que Mauá estava vivendo à custa do Tesouro já há dois ou três anos, pois seriam as ajudas do Tesouro que mantinham seu banco em atividade. Pelas evidências Mauá fazia um saque, recebia a importância desse saque e girava com o dinheiro. Quando o dinheiro ia terminando, ele fazia um novo saque e novamente girava com o dinheiro. Seria preciso apenas que cessassem os saques sobre Londres para que o banco quebrasse. E isso aconteceu quando Mauá não conseguiu os 3 mil contos de crédito com o Banco do Brasil. Sem esse valor, não foi possível quitar os saques anteriores feitos sobre Londres, manchando assim o crédito que o banco tinha no exterior e impossibilitando novas transações.<sup>68</sup>

Era do conhecimento de todos que o Banco Mauá de Montevideu passava por dificuldades em meados da década de 1870 e, nesse cenário, sua atuação como agente do governo foi questionada por Figueira Mello. Se era necessário manter gastos com tropas no Paraguai, o senador questionava a razão pela qual não foi preservada a agência brasileira em Montevideu aberta durante a Guerra do Paraguai, pois ela liberaria os ministros brasileiros da dependência de qualquer outro banco, ao invés de enviar dinheiro do Estado ao Banco Mauá.<sup>69</sup> Rio Branco explicou que o fechamento ocorreu porque a agência brasileira no Rio da Prata não podia mais fazer saques, diante da escassez de ouro. Zacarias prontamente criticou essa razão, afirmando que, assim como o Banco Mauá tinha cofres para guardar a quantia enviada do Brasil, a agência também poderia tê-los.

Diversas acusações de uso indevido do dinheiro público depositado no Banco Mauá foram feitas no Senado. Num artigo publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, Mauá respondeu a essas acusações reconhecendo que foram depositadas grandes somas de dinheiro no banco durante a Guerra do Paraguai devido à incapacidade do governo em distribuir essas quantias por todo o território em

---

<sup>67</sup> *Annaes do Senado*, 21 mai. 1875, p. 71.

<sup>68</sup> *Annaes do Senado*, 21 mai. 1875, p. 71.

<sup>69</sup> *Annaes do Senado*, 5 abr. 1875, p. 91.

conflito e destacava que não foi feita qualquer exigência que comprovasse a situação financeira de nenhuma filial do Banco Mauá. Além disso, Mauá explicava o que já conhecemos hoje como uma prática comum e essencial aos bancos: a aplicação do dinheiro depositado para outros fins.<sup>70</sup>

Dessa forma, chegamos ao fim das análises feitas sobre a falência do Banco Mauá nos anais do Senado. Notamos uma consonância nas fontes analisadas e na literatura. Quanto à crise no Uruguai, é certo que ela foi prejudicial ao banco, no entanto, a avaliação das consequências dessa crise para o banco de Mauá variou. O próprio Mauá e outros autores atribuíram a fragilidade do banco às circunstâncias políticas. Por outro lado, Zacarias atribuiu a crise a Mauá e problemas na gestão de seus negócios. Quanto à aplicação de recursos públicos no banco de Mauá, Silveira da Motta defendeu o governo, enquanto Figueira de Mello e Zacarias assumiram o papel de acusadores.

### *Considerações finais*

A trajetória bancária de Mauá iniciou-se em 1851 com a criação do Banco do Brasil. Insatisfeito com o resultado da fusão de seu banco com o Banco Comercial do Rio de Janeiro promovida pelo governo em 1853, Mauá juntou-se a outros sócios e abriu a Sociedade Bancária Mauá & MacGregor. Em 1856 lançou-se ao estrangeiro fundando o mais importante banco do Uruguai à época, o Mauá & Cia. Fragilizado pela crise de 1864, seus negócios financeiros foram consolidados no Banco Mauá & Cia. em 1866. O banco uruguaio, também afetado pelas vicissitudes políticas daquele país, tornou-se então uma filial da instituição brasileira. Somando dificuldades no Uruguai e no Brasil, o banco de Mauá não resistiria à crise da praça do Rio de Janeiro em meados de 1875, quando acabou pedindo moratória e, posteriormente, falência. Era a queda de um império.

O principal objetivo deste artigo foi analisar os motivos que levaram o Banco Mauá & Cia. à falência sob a ótica das narrativas da imprensa da Corte e do parlamento brasileiro, a fim de compará-las com a literatura existente sobre o assunto. Apesar de não encontrarmos novidades nas novas fontes, captamos detalhes que complementam as análises existentes sobre a falência, por exemplo, a crítica direta à administração de Mauá apresentada na literatura é corroborada por Zacarias no Senado, assim como a concorrência entre governo e bancos apontada por Calógeras não passou despercebida pelos senadores. O

---

<sup>70</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 18 jun. 1875, p. 1.

jornal *A Reforma* e o senador Figueira de Mello explicaram a defesa de Mauá feita pelo governo pelo interesse deste último em recursos depositados na instituição, algo também não mencionado nas análises. Já o pedido de moratória aberto por Pedro Cogoy no Uruguai, que evidenciou o descontentamento do governo uruguaio com o Banco Mauá, foi tratado apenas na imprensa.

As posições da imprensa e os debates no parlamento esclarecem que Mauá não era apenas vítima do governo e das circunstâncias, como muitas vezes sua Autobiografia e parte da literatura dão a entender. Sua relação com o Tesouro, com o Banco Alemão e a dificuldade em honrar compromissos com o Banco do Brasil não aparecem tão claramente fora dessas fontes. Por outro lado, os motivos da falência de Mauá revelados por elas são aproximadamente os mesmos apresentados na Autobiografia e na literatura. De maneira geral, não existem novidades nas novas fontes utilizadas que mudem radicalmente as análises existentes.

No entanto, talvez a principal contribuição deste trabalho seja o fato de que as discussões do parlamento e da imprensa conseguiram capturar algo que a literatura não apresentou, isto é, as diferentes interpretações dos mesmos fatos na imprensa (*A Nação* e *A Reforma*, por exemplo) e no parlamento (Rio Branco e Zacarias, por exemplo). Essas diferentes posições revelam diferentes interesses. E, se incorporadas à análise, podem aproximar o pesquisador de uma realidade que não pode ser definida quando olhada apenas por um ângulo: Mauá como herói ou vilão de sua própria história.

\*\*\*

## Referências bibliográficas

Alberto de Faria, *Ireneo Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

Álvaro Teixeira Soares, *O Gigante e o Rio: a ação de Mauá no Uruguai e na Argentina (1851-1878)*, Rio de Janeiro: Ed. Cia Bras. de Artes Gráficas, 1957.

André Arruda Villela, *The Political Economy of Money and Banking in Imperial Brazil (1850-1889)*, London: Palgrave Macmillan, 2020.

*Annaes do Senado do Império do Brazil*, Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1875.

Carlos Eduardo Leal; Cícero Sandroni, "Jornal do Commercio", in Alzira Alves de Abreu et al (coords.), *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: CPDOC, 2010, <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-comercio>.

Carlos Gabriel Guimarães, "Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da sociedade bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866)", Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

Carlos Gabriel Guimarães, O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX: os casos do Banco Mauá, MacGregor & Cia., do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola, in *III Congresso Brasileiro de História Econômica e 4ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Curitiba, 1999, pp. 1-24.

Charles Poor Kindleberger, *A Financial History of Western Europe*, London: George Allen and Unwin, 1984.

Charles Poor Kindleberger, *Manias, pânico e crashes. Um histórico das crises financeiras*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Claudio Pacheco, *História do Banco do Brasil*, Brasília: Banco do Brasil, 1979. Vol. 3.

Divalte Garcia Figueira, *A era Mauá: os anos de ouro da monarquia no Brasil*, São Paulo: Saraiva, 2014.

Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins (orgs.), *Mauá: o desafio inovador numa sociedade arcaica*, Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2013.

Heitor Ferreira Lima, *Três industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*, São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

Helen de Oliveira Silva, "As revistas de atualidades na imprensa ilustrada brasileira do Oitocentos: a Ilustração do Brasil e a Ilustração Popular de Charles Francis de Vivaldi", in *Anais do 30º Simpósio Nacional de História*, Anpuh-Brasil, Recife, 2019, [https://mail.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-05/1716454800\\_a710047bd3afa8d975ac486c5ef535b2.pdf](https://mail.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-05/1716454800_a710047bd3afa8d975ac486c5ef535b2.pdf)

Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá), *Autobiografia*, Brasília: Senado Federal, 2011.

João Pandiá Calógeras, *Política monetária do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1960.

Jorge Caldeira, *Mauá: empresário do império*, São Paulo: Cia das Letras, 2014.

Lídia Besouchet, *Mauá e seu tempo*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

Mario Barrera Etchechury, "Hijos de Mercurio, esclavos de Marte: mercaderes y servidores del estado en una frontera sud-atlántica. Montevideo, 1806-1860", Tese (Doutorado em História), Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2013, <http://hdl.handle.net/10803/129740>.

Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1998.

Pedro Calmon, *História do Brasil: O império (1800-1899)*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

Roberto Minadeo, "A controversa figura de Mauá", *Revista de Administração Mackenzie*, v. 3, n. 1 (2002), pp. 18-31.

Thiago Fontelas Rosado Gambi, *O banco da Ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-1866)*, São Paulo: Alameda, 2015.

Thiago Fontelas Rosado Gambi; Daniel do Val Cosentino, "As ideias econômicas de Mauá e o liberalismo nos trópicos (1860-1878)", *América Latina en la Historia Económica*, v. 27 (2020), pp. 1014-1032.

Thiago Fontelas Rosado Gambi, "Anatomia política de uma crise bancária, praça do Rio de Janeiro, Brasil, primeiro semestre de 1875", *Revista de História*, n. 180 (2021), pp. 1-30.

Vincent Bignon; Marc Flandreau; Stefano Ugolini, "Bagehot for beginners: the making of lender-of-last-resort operations in the mid-nineteenth century", *Economic History Review*, v. 65, n.2 (2012), pp. 580-608.

---

Artigo recebido em 03-10-2023. Aceito para publicação em 20-12-2023.

---

Citação: Gabriela Felipe Martins e Thiago Fontelas Rosado Gambi, "A queda de um império: narrativas da falência do Banco Mauá & Cia na imprensa da Corte e no Senado (1874-1875)", *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 42, (2024), pp. 1-26.

---

Contato dos autores: Gabriela Felipe Martins: [gabi-1704@hotmail.com](mailto:gabi-1704@hotmail.com); Thiago Fontelas Rosado Gambi: [thiago.gambi@unifal-mg.edu.br](mailto:thiago.gambi@unifal-mg.edu.br).